

ATA DA 002ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 07 DE FEVEREIRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Tece críticas ao momento por que passa Santa Catarina e o Brasil, em termos de segurança pública.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se ao art. 170.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Manifesta preocupação com a segurança pública; cumprimenta o Conselho Nacional de Trânsito.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Reporta-se à segurança pública.

Partidos Políticos

DEPUTADO VALMIR COMIN - Comenta investimentos do governo estadual.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Registra obras do governo estadual.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Reporta-se à segurança pública.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Reporta-se à segurança pública; defende o governo estadual; questiona o secretário da Infraestrutura a respeito de obra em Joinville.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (pela ordem) - Registra a presença de lideranças do município de Timbé do Sul e Cunha Porã.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Joinville, Udo Döhler.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Dá as boas-vindas ao prefeito Udo Döhler.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença da prefeita de Calmon, do vice-prefeito e vereadores de Palmitos.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Reporta-se aos atentados em Santa Catarina; agradece por investimentos no sul do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, quem nos acompanha na sessão desta manhã de quinta-feira, quem nos acompanha também TVAL e Rádio Alesc Digital, ontem

consegui falar muito pouco sobre a onda de ataques que tem ocorrido em Santa Catarina e gostaria de aprofundar mais essa questão no dia de hoje.

No final de minha fala disse que o governador tinha tomado medidas importantes na área de segurança, mas que infelizmente tinha acontecido por causa da segunda onda de ataques e que essas mesmas medidas deveriam ter sido tomadas anteriormente. Não consegui fazer uma reflexão acerca disso, é verdade.

É preciso ressaltar positivamente, assim como fez o deputado Maurício Eskudlark, as ações positivas que consideramos importantes por parte do governo; elas precisam ser destacadas. E nós não temos aqui, deputado Silvio Dreveck, nenhum problema, inclusive, de parabenizar o governo quando acharmos que ele está correto.

É positiva a iniciativa de contratar mais 1.500 policiais militares e mais 500 policiais civis, por parte do governador Raimundo Colombo, segundo relatos, mediante uma briga de cotovelo dentro do comitê gestor para que houvesse isso. Também é positivo o fato de que o governo assinou decreto liberando mais de 500 vagas de cabos para a Polícia Militar.

Temos oito mil soldados, muitos deles passando os 20 anos de serviço. E é claro que a expectativa de carreira anima qualquer profissional a trabalhar melhor e a trabalhar mais. Fazer carreira leva o profissional trabalhar mais do que os 30 anos de serviço. E essa oportunidade evidentemente é muito positiva para a segurança pública no conjunto da sociedade catarinense.

Então, a liberação de mais 500 vagas de cabo significa que mais 500 soldados farão neste ano de 2013, na modalidade semipresencial, o curso de cabo e 180 de terceiro sargento. Cabos que farão a seleção interna entre os seus pares e farão o curso de sargento neste ano de 2013, assim como as vagas de curso de aperfeiçoamento que continuam em seu tramite normal de 70 por ano.

Registro esses fatos positivos, mas não deixo de frisar, assim como fiz ontem, que isso aconteceu depois que começou a segunda onda de

ataques da marginalidade no nosso estado, porque essas mesmas medidas tinham sido congeladas, no ano passado, pelo governo. Tinha batido na trave esse conjunto de solicitações, de encaminhamentos, feitos pelo comandante-geral. Vale para a Polícia Militar e para o Corpo de Bombeiros. É preciso pensar também que o ataque é relativo ao serviço de Polícia Militar. Mas o bombeiro também tem serviço com relação a essa questão, principalmente quando se trata de fogo. Então, é preciso também que haja a mesma predisposição com relação ao Corpo de Bombeiros.

Agora, quanto ao problema dos ataques a ônibus principalmente e às instituições de segurança, à base policial, às delegacias e viaturas ou até alvos particulares, é preciso buscar as causas. E ouço muito falar que as causas são profundas.

Para começar, para fazer uma análise minimamente razoável, eu recorreria a 23 anos atrás, a 1990, ao começo do governo Collor, em Santa Catarina ao governo Kleinübing, no seu início, quando os serviços públicos começaram a ser sucateados, todos os serviços públicos essenciais.

Na Educação, e hoje ainda temos milhares, quase a metade dos professores que estão em sala de aula são admitidos em caráter temporário, o que tenho chamado de bóia-fria da Educação, com todo o respeito à importância da função do magistério, porque são contratados em fevereiro ou março e são demitidos em dezembro. E hoje até mudou, serão demitidos em junho, para serem recontratados em julho ou em agosto, ou seja, é igual ao cortador de cana no nordeste, contratado em fevereiro, demitido em junho ou julho, ou em novembro e dezembro, para ser recontratado talvez no mês de março do ano seguinte.

Então, isso é resultado de 23 anos de sucateamento do serviço público, inclusive na área da Educação, e todo mundo fala que é prioridade. Todos os partidos ao longo desses 23 anos, todos os partidos que já governaram, têm responsabilidade sobre isso.

A saúde pública está cada vez mais precária por abandono dos sucessivos governos, todos eles federais e estaduais. Todos eles, sem exceção, inclusive o atual governo federal, cortam cada vez mais os serviços essenciais para garantir que o estado brasileiro possa dar crédito ou ter crédito junto aos organismos internacionais por aí afora.

A assistência social é aquele negócio que é empurrado, é quase a cesta básica para ser trocada por voto, a política de assistência social no Brasil, desgraçadamente e infelizmente!

A assistência técnica para pequenos agricultores está cada vez menor ao longo desses 23 anos. E isso aconteceu também na Segurança Pública, infelizmente, há alguns anos. E eu ouvia aqueles que estão nos últimos postos de comando dessas instituições dizerem que era bobagem ter um monte de efetivo. Nós tínhamos era que ganhar bem, ter um número reduzido, terceirizar funções, passar para outros terceiros como guarda municipal, vigilantes e sei lá mais o quê. Nós temos que ser um grupo restrito, que tenha mais poder, porque aí vamos ser mais importantes na sociedade.

A palavra veio e não vou segurar, deputado Kennedy Nunes. Que burrice! Porque hoje estamos recebendo o atestado de incompetência das instituições para garantir o mínimo de segurança que a nossa população precisa. E aí quero fazer outro registro: os atuais comandantes das duas instituições, da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, estão corretos quando a cada semestre batem nas portas do comitê gestor pedindo mais contratação de efetivo.

É preciso fortalecer a instituição, porque ninguém vai fazer pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros aquilo que elas próprias não conseguem fazer. O próprio sistema prisional, e aí uma crítica inclusive para os atuais dirigentes das instituições, querem tirar a Polícia Militar de dentro dos presídios, aliás, estão tirando.

E pouco a pouco concedendo, mesmo sem ter amparo constitucional, poder de polícia aos agentes prisionais. Eu sou favorável, desde que

tenham condições materiais e de efetivo para fazer. Mas retirar a Polícia Militar de dentro dos estabelecimentos penais é abandonar a segurança da sociedade à própria sorte.

Há 20 anos os agentes prisionais eram proibidos de entrar com armas para dentro do portão do presídio, não era lá na cela. Quem fazia de fato a segurança era a Polícia Militar, uma instituição grande, forte, respeitada, principalmente pelos bandidos. Mas a polícia quer recuar!

Então, alguns elementos fazem com que cheguemos nesta segunda década do século a uma situação em que a sociedade e o próprio estado estão ficando reféns dos marginais. Evidentemente que vamos analisar melhor essa questão nas próximas...

Discurso interrompido por término do horário regimental.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, Mesa Diretora, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, quero fazer uma saudação a todos.

Quero fazer também uma saudação muito especial ao prefeito de Bom Retiro, sr. Albino Gonçalves Padilha, que ontem, a pedido dele, mandou a esta Casa uma delegação chefiada pela professora Angela Maria de Oliveira e a professora Andréia Cristina, as quais foram ao meu gabinete levar inúmeras reivindicações daquele município da região serrana.

Quero cumprimentar, da mesma forma, uma pessoa que está acompanhando esta sessão e que esta semana já esteve presente no início dos trabalhos desta Casa, que é o presidente da Ampesc, professor Expedito Michels. Ele veio aqui para fazer contato com os parlamentares, pois está

preocupado, como está preocupado o professor e presidente da Acafe, Mário Cesar dos Santos, e o secretário executivo da Acafe, Darcy Laske, com essa situação.

Há uma preocupação muito grande a esse respeito porque cada um de nós, parlamentares, está recebendo inúmeros contatos, seja por telefone ou por *e-mail*, de acadêmicos de Santa Catarina que passaram no vestibular e que agora estão iniciando as suas atividades acadêmicas e que precisam receber uma bolsa de estudos.

O art. 170, na verdade, foi uma inovação, algo inédito no Brasil, pois desta forma o governo do estado pode participar no apoio aos acadêmicos, bem como o art. 171, que é justamente uma novidade em nível de Brasil e que tem sido um grande instrumento para repassar recursos às universidades e dar apoio a inúmeros acadêmicos que precisam e estão fazendo a faculdade. Por deficiência financeira, muitos deles deixam de cursar a faculdade por dificuldade de pagamento e outros sequer tomam a iniciativa de fazer vestibular já sabendo que terão dificuldade para pagar a mensalidade se passarem no vestibular.

Então, acredito que o governo do estado, no ano passado, honrou com o compromisso de repassar todos os recursos do art. 170. E, segundo contato que tive ainda hoje com o secretário executivo do sistema Acafe, Darcy Laske, foram repassados mais de R\$ 50 milhões para as universidades, sendo que todas as universidades que estavam em dia com a sua prestação de contas receberam a parcela que lhes era devida, atendendo, então, os acadêmicos.

Para este ano a previsão é que os recursos ultrapassem os R\$ 50 milhões, apesar de ainda não existir um valor exato a ser destinado para cada universidade, mas sem dúvida não será menor do que o valor repassado no ano passado, o que deverá atender a inúmeros acadêmicos deste ano.

Fazendo um levantamento, segundo o MEC, de acordo com o Censo 2011, porque o 2012 ainda não saiu, tínhamos matriculados no ensino superior, em Santa Catarina, 352 mil acadêmicos, de 2,5% a 3% menos do que no ano passado. Ou seja, mais de 360

mil acadêmicos estão matriculados nas universidades de cursos superiores. No Sistema Acafe, compreendido pela Furb, Unibave, Unesc, Univali, Udesc, Unoesc, USJ, Unifeb, Unidavi, Uniplac, Univile, Unisul, UNC, Unochapecó, Uniarp, entre outras, temos 130 mil alunos, considerando o ensino a distância. Quer dizer, nas universidades do sistema federal, públicas ou privadas, totalizam mais de 130 mil alunos.

No Sistema Ampesc ultrapassa os 110 mil alunos, dos quais aproximadamente 50 mil estão matriculados no sistema presencial e em torno de 60 mil no sistema à distância. E ainda em outras universidades ligadas ao sistema federal, públicas ou privadas, mas que não estão filiados à Acafe nem à Ampesc, ultrapassa mais de 20 mil alunos. Considerando que nas universidades públicas, tipo Furb, Universidade de São José, Udesc, esse número ultrapassa 102 mil alunos, resumindo, temos mais de 100 mil alunos matriculados no sistema público, aproximadamente 110 mil nas universidades vinculadas à Ampesc, mais de 130 mil vinculados à Acafe e 20 mil do sistema federal, mas que não estão vinculadas nem à Acafe nem à Ampesc, totalizando mais 360 mil alunos. Este é o momento em que o aluno se inscreve na universidade e que o governo, dentro dos seus repasses, prevê a destinação de recursos para este ano.

É bom lembrar que esses repasses são feitos através do Conselho Estadual para as universidades, e que é na universidade que é feita a seleção dos acadêmicos que se enquadram dentro dos critérios para poderem receber essa bolsa.

A forma de repasse é feita através da universidade, e a universidade beneficia, então, os acadêmicos, conforme a seleção que é feita de uma forma transparente, na própria universidade. E aí se exige, naturalmente, a participação dos acadêmicos para que de fato os beneficiários desse sistema sejam aqueles que mais precisam desse recurso.

Quero ainda lembrar que no ano passado o governo do estado repassou mais de R\$ 50 milhões através do art. 170 e mais de R\$ 20 milhões

através do art. 171, beneficiando com isso um grande número de acadêmicos. Esperamos que neste ano permaneça esse valor, ou maior, justamente para atender a uma grande demanda, o que é muito importante para o sistema universitário de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, naturalmente que o debate maior nesta Casa, nesta semana, e não será diferente no dia de hoje, deputada Ana Paula Lima, é a questão da segurança. Todos temo-nos preocupado com isso, levando os questionamentos e procurado interar-nos das informações oficiais e não oficiais.

Neste exato momento em que estou falando desta tribuna uma viatura da Polícia Militar sobe o morro do Mocotó, aqui na capital, para atender a uma ocorrência de um neto que matou a sua própria avó. Ainda não temos informações precisas, deputado Silvio Dreveck, mas por certo envolvendo a questão das drogas, em especial o crack.

Nesta manhã, às 4h ou 5h, 90 policiais, sobretudo da Polícia Civil, fizeram uma operação na cidade de Blumenau, em especial em dois condomínios do Minha Casa, Minha Vida, para exatamente cercear traficantes de drogas.

Ontem, infelizmente, em Blumenau dois ônibus foram incendiados. Os ataques nesses últimos sete dias continuam aterrorizando a população catarinense. E é claro que é preciso que nós, como representantes do povo, também façamos a nossa parte. O governo do estado tomou iniciativas positivas, e que nós queremos aplaudir, anunciadas pela imprensa: a contratação de 300 agentes penitenciários, de 500 novos policiais civis e de 1.560 policiais militares. Não há dúvida de que o desafio também passa pelo contingente das nossas corporações, mas em especial pela chamada Polícia de Inteligência, que vai desde equipamentos, como

câmeras de vigilância, até a questão do efetivo propriamente dito. Enfim, nessa questão da segurança pública em Santa Catarina todos nós precisamos estar contra o crime, numa ofensiva enérgica, integrada e positiva.

Queremos depositar, sim, as nossas esperanças de que a Polícia Militar e a Polícia Civil possam estar integradas nessa cruzada contra a violência no estado de Santa Catarina.

Mas, eu gostaria, nesta manhã, sr. presidente, srs. deputados, de trazer aqui os meus aplausos ao Conselho Nacional de Trânsito.

Eu já fiz várias críticas, desta tribuna, ao Conselho Nacional de Trânsito, mas preciso reconhecer o gesto positivo e corajoso do Conselho Nacional de Trânsito quando baixou a norma da tolerância zero em relação à questão do consumo do álcool.

Nós, da Frente Parlamentar de Prevenção e Combate às Drogas, temos feito um levantamento, em especial no mês de outubro, novembro e dezembro de 2012 e estamos preparando o relatório final para colocar à disposição da sociedade catarinense, mas não há dúvida de que esta combinação álcool e volante tem de fato nos preocupado cada vez mais pelos números que temos nas estradas brasileiras.

E quando o Conselho Nacional de Trânsito delibera tolerância zero para com o álcool ao volante, determinando que o limite do bafômetro passe a ser 0,05 miligramas de álcool por litro de ar, isso significa que qualquer injeção poderá resultar em infração gravíssima, pulando para os valores de R\$ 1.915,00 de multa, na perspectiva, inclusive, de seis meses a três anos de prisão. Isso traz um pouco, com certeza, de mais seriedade, como os agentes de trânsito podem tratar hoje com aqueles que acabam infringindo a lei. Mais do que isso, o Conselho Nacional de Trânsito determinou também que serão válidos agora, como prova da embriaguez, vídeos, depoimentos de testemunhas, enfim, tudo isso é muito positivo.

É claro que alguém pode achar isso até rigoroso, até mesmo um bombom, um chocolate com

néctar de álcool, poderá induzir à questão do bafômetro.

Quando olhamos para os números, 40 mil vítimas nas estradas brasileiras, vítimas fatais, 800 mil feridos por acidentes de trânsito no ano de 2012, tudo isso nos leva a aplaudir essa atitude do Conselho Nacional de Trânsito.

Acho que as punições deverão ser ainda mais fortes, mais intensas. Eu conversava com alguns amigos da Itália, e eles diziam que lá a lei, deputado Valmir Comin, já determina que o usuário de um determinado veículo, seja ele proprietário ou não, pego em embriaguez, o veículo que ele dirige vai a leilão. Talvez seja uma atitude muito drástica, mas vamos chegar, deputado Romildo Titon, quem sabe também a essa instância no Brasil, para podermos deter essa carnificina que acontece nas estradas brasileiras, de 40 mil mortos por ano, devido, a maioria delas, pelo menos 60%, à trágica combinação do álcool e volante.

Por isso, fica aqui o nosso registro de apoio e de aplausos ao Conselho Nacional de Trânsito, que nesta última semana tomou a iniciativa de tolerância zero para com o álcool, nas estradas brasileiras.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Gilmar Knaesel, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, colegas deputados, imprensa, todos que acompanham a nossa sessão, no início das nossas atividades deste ano é claro que todos nós deputados estamos apreensivos e preocupados com a questão que está mais uma vez acontecendo com o nosso estado, relativa aos ataques que têm surpreendido não apenas os ônibus, mas acima de tudo a sociedade que de forma direta ou indireta é atingida.

No ano passado já acompanhamos e colocamo-nos à disposição no sentido de buscar saídas

emergenciais, deputado Silvio Dreveck, e agora mais uma vez estamos diante dos mesmos fatos.

É claro que é um assunto mais abrangente do que um simples olhar do Poder Executivo. E não podemos achar que a solução apenas está na secretaria da Segurança Pública, através de suas estruturas como a Polícia Civil e a Polícia Militar, porque o assunto é muito mais abrangente, é muito mais profundo e precisa de reflexão, uma vez que as causas estão aí. Também não é só uma questão estadual, pois o que existe é a falta de uma política nacional de combate às drogas, a principal causadora, deputado Ismael dos Santos, de mais de 90% da violência em nosso país, e mais o crime organizado que está dentro das penitenciárias atuando de forma livre, que é a grande causa em todos os sentidos.

Fizemos nesta Assembleia, no final do ano passado, através da comissão de Segurança Pública, um amplo relatório da atual situação de segurança em nosso estado no que diz respeito à estrutura, ao pessoal, aos principais pontos de violência e às soluções a curto, médio e longo prazo. Dentro delas, é claro, apontamos algumas soluções simples e imediatas no que diz respeito a este momento que estamos vivendo.

Ora, todos sabem que há uma comunicação entre os presidiários e as pessoas do lado de fora do crime organizado. Assim, é feito de duas formas: ou através de telefone celular ou através de contato direto. E em Santa Catarina temos uma lei, mas infelizmente não foi implementada, que proíbe ter sinal de celular nos presídios de Santa Catarina.

Existe tecnologia, deputado Sílvio Dreveck, para isso, e hoje há vários presídios do país que utilizam essa tecnologia, obrigando as operadoras de celular a fechar o sinal em alguns pontos, principalmente nos presídios.

Também existe a relação pessoal dos presidiários com familiares, com amigos que fazem chegar a informação para o comando agir. Dentro disso, há outra tecnologia simples, aplicada nos aeroportos, que é o detector de metal à

disposição, ou seja, basta colocar o detector de metal para coibir a entrada não só de celular como de armas e também do próprio entorpecente.

Então, são políticas simples de serem adotadas, mas infelizmente não aconteceram e não estão acontecendo.

Mas quero voltar ao tema maior que é a visão da experiência que tive no ano passado convivendo com o deputado Sargento Amauri Soares, com o deputado Maurício Eskudlark e com tantos outros deputados com experiência nessa área, deputado Sargento Amauri Soares, pois o problema maior é a falta de uma política nacional para todo esse sistema.

Infelizmente, os presídios se encontram sem nenhuma infraestrutura, não há investimento em presídio, não há investimento em pessoal, e aí faço a pergunta: para que existem as Forças Armadas neste país? Onde é que elas estão neste momento de crise? Estão lá dentro de seus quartéis fazendo educação física, jogando futebol? Onde está o Exército numa hora dessas quando poderia auxiliar na falta de pessoal e em tantas outras tecnologias?

Então, voltando ao ponto de partida: não há uma política nacional nem para a construção de presídios, nem para uma política de ressocialização, nem para uma política de combate às drogas. E os estados brasileiros acabam pagando o preço como se fossem os únicos culpados e responsáveis quando, na verdade, é uma parte do processo.

Onde está o dinheiro? O dinheiro está no governo federal. Os 70% do que se arrecada em impostos deste país está nas mãos do governo federal.

Então, vemos convênios milionários, convênios de toda ordem, mas não há uma política. E não culpo só o atual governo. Isso já vem de vários governos, inclusive o meu partido, PSDB, quando ocupou a Presidência da República não se preocupou com essa questão.

Está na hora de mais uma vez fazermos um grande esforço no sentido de juntarmos forças.

Onde está o Poder Judiciário neste momento, que também é parte interessada e necessária no processo? E não apenas o Poder Judiciário, mas o Ministério Público e toda uma cadeia?

Faz-se necessária a revisão das leis, que já colocamos aqui, do Código Penal. E principalmente as leis para o menor e o adolescente precisam de uma revisão.

O jovem poder votar com 16 aos é uma grande conquista, mas não é responsável pelos seus atos criminosos. Que contradição é essa? Então é preciso rever essa questão das leis federais, o Código Penal e também o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Portanto, queremos mais uma vez dizer que o governo do estado, a secretaria da Segurança, da Justiça e Cidadania, a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, enfim, toda a estrutura de segurança tem culpa sim, mas não são os únicos responsáveis por essa situação que acontece hoje infelizmente neste estado.

O mais grave ainda é essa divulgação que se faz hoje de mídia nacional. Ainda ontem recebi telefonema de amigos do Paraná que queriam vir para o Carnaval em Santa Catarina, mas estão preocupados, porque o noticiário nacional mostra que estamos vivendo uma guerra civil, que estamos em guerra e não podemos nem sair de casa. Então, há também esse outro lado da divulgação excessiva dessa questão. É claro que a verdade deve ser mostrada, mas a exploração também precisa ser contida, no que diz respeito ao excesso de mídia.

Queria mais uma vez, em meu nome e no da bancada, ficar à disposição. Eu acho que é um momento em que o Parlamento precisa estar atento e participar, mas é claro que tem de esperar o convite de quem tem o direito e o dever de fazer a convocação. Mas acima de tudo precisamos acreditar que essa onda que está ocorrendo em Santa Catarina poderia ter sido minimizada, se houvessem políticas mais constantes, severas e também essa parceria com o órgão maior que é o governo federal.

Era isso o que tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente e srs. deputados, faço uso da tribuna, nesta quinta-feira, primeiramente para agradecer ao meu sempre líder, deputado Silvio Dreveck, pelo trabalho que desempenhou frente a esta bancada, neste Parlamento, pelo brilhante trabalho que desempenhou nos quatro anos frente à bancada.

Quero agradecer pelo seu discernimento, posicionamento e coerência. Em todos os momentos não lhe faltou dedicação e trabalho nos grandes temas desta Casa, enaltecendo o partido em todo o estado.

Agradeço de maneira especial a todos os deputados da minha bancada, ao presidente do meu partido e desta Casa, deputado Joares Ponticelli, pela confiança em mim depositada.

Estou como deputado há 14 anos e tive o privilégio e a oportunidade, sr. presidente, deputado Romildo Titon, que vai presidir esta Casa na essência a partir do próximo ano, de acordo com o compromisso... E compromisso se discute até a última instância, depois somente existe uma maneira, cumpri-lo na palavra.

Eu, depois de 14 anos, tenho o privilégio e a oportunidade de exercer essa condição. Já o fiz através de várias comissões temáticas desta Casa; por duas vezes consecutivas estive na Mesa Diretora, e hoje estou na condição de tesoureiro do partido.

Tenho a grande oportunidade de poder aprender e estar presente nos grandes temas mais pertinentes, mais importantes das grandes obras estruturantes para o estado de Santa Catarina, no momento singular. E sinto-me lisonjeado pela condição de um ano em que o estado aporta em torno de R\$ 7,5 bilhões de investimentos nas quatro

linhas mestras do governo, Saúde, Segurança, Ação Social e Infraestrutura.

Eu fazia o comparativo que o presidente Joares Ponticelli colocava da ida ao Rio Grande do Sul, onde o governador Tarso Genro comemorava com entusiasmo os investimentos de R\$ 2,5 bilhões ao governo gaúcho, um estado que tem o dobro do orçamento de Santa Catarina. No entanto, nós, com 50% do orçamento gaúcho, estamos com R\$ 7,5 bilhões de investimentos. Por essa razão, é motivo de muito orgulho, de muita satisfação, poder representar esse partido nesta Casa.

Vejo com muita expectativa esses investimentos, que por consequência da nivelção ou da redução da alíquota de importação do ICMS no estado, consequentemente a queda da receita... Isso também não significa dizer que o estado regrediu, muito pelo contrário. Ele vem crescendo, mas não na expectativa que vinha nos anos anteriores.

Por essa razão esses investimentos, no meu entender, são uma compensação do governo federal. Evidentemente que essa parceria com a presidente Dilma Rousseff é de extrema importância para o estado, principalmente neste momento, mas é um dinheiro que vem na linha de financiamento e que vai ser pago com tributos, impostos, de todo cidadão catarinense, porque terá que ser retribuído aos cofres da União.

Por essa razão precisamos fazer o melhor destino, a melhor aplicação desses investimentos, para que possamos potencializar da melhor forma possível, possibilitando a condição tanto na área de mobilidade quanto na área de segurança, na área da saúde, na área da assistência social, em todos os segmentos que ramificam e que permeiam todas as ações do governo Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira.

Acredito piamente e com muita expectativa, porque um estado que detém 1% do território nacional e que permeia na faixa de 5,6% das importações com mais de 4,5% do PIB, Produto Interno Bruto, é um estado pujante, diferenciado dos demais da federação brasileira, e requer, sem

sombra de dúvidas, uma expectativa e uma estimativa muito promissora, mas acima de tudo exige muita responsabilidade e muita cautela.

Então, que se faça realmente a devida aplicação desses recursos de uma maneira mais correta possível, para que assim possamos resolver esses bolsões que temos ainda pendentes em todo o estado, nas mais variadas áreas dos segmentos da administração.

Por essa razão, sr. presidente, vejo tudo isso com muita esperança. E é uma grande oportunidade que o meu partido me oferece, e vou fazê-lo, se Deus me permitir, na plenitude desses dois anos e próximos que temos pela frente, com muito trabalho, luta, às vezes até errando e pecando pela ação, jamais pela omissão, pois é isso que tem nos balizado, norteado a nossa conduta, a minha e a de meu partido, ao qual sou eternamente grato.

Vejo com muita esperança esses próximos anos, pois esses R\$ 7,5 bilhões representam praticamente um investimento de oito anos da receita do estado, da receita da capacidade de investimento em um só ano. Então, que possamos realmente fazer o efeito multiplicador em prol da causa da qualidade de vida da gente catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, Mesa Diretora, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, senhores e senhoras, desejo falar aqui de dois assuntos que reputo da maior importância para Santa Catarina, mas antes quero registrar a presença da minha filha Mariana que está aqui visitando, acompanhada de seu namorado Felipe e do seu amigo Eládio.

Sejam bem-vindos. Hoje eles vieram verificar se o pai está trabalhando mesmo. E é um motivo de muito orgulho recebê-la aqui no Parlamento catarinense.

Sr. presidente, desejo falar aqui rapidamente a respeito, e certamente outros parlamentares já o fizeram, da catástrofe, do absurdo que aconteceu no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul, quando ceifou a vida de mais de 200 jovens prematuramente. Eles tinham sonhos, projetos. E o que aconteceu sensibilizou, levou o Brasil inteiro à comoção. Todos nós estamos sensibilizados e preocupados.

Então, deputado Ismael dos Santos, a legislação é fundamental. E parece que o governo do estado vai mandar para esta Casa, deputada Ana Paula Lima, um projeto para que possamos debater e aprovar uma legislação mais ampla, segura, que preserve a vida dos catarinenses, porque ela é fundamental.

Apresentei dois projetos de lei há poucos dias e certamente outros também nessa linha, mas não será somente, deputado Silvio Dreveck e deputada Angela Albino, a legislação que vai resolver o problema. Precisamos fazer uma discussão do bom senso, da racionalidade, sobretudo da ética, porque no caso de Santa Maria o proprietário da danceteria, na busca do lucro, do sucesso empresarial, relaxou, não cumpriu com a legislação na sua casa de show.

Então, a legislação é importante, mas não resolve. Nós precisamos fazer um apelo aos donos de casas de show e de eventos, sr. presidente, para que usem o bom senso, que sejam racionais, pois precisamos de um pouco mais de ética nesse país. Por que, deputada Angela Albino? Porque, por exemplo, se a casa de Santa Maria comportava 700 jovens, a Polícia Civil e os bombeiros não podem chegar a todo show que teria na boate Kiss e contar se tem 700, 1.000 ou 1.500, é impossível. E aí entra a racionalidade, o bom senso dos empresários e a ética sobretudo.

O bombeiro faz a vistoria e assim que acaba a vistoria, ato contínuo, o empresário pode retirar

os extintores ou trocá-los por extintores falsificados. Quer dizer, a discussão é da ética, do bom senso e da racionalidade. Mas a legislação é importante, deputado Mauro de Nadal.

Vamos debater esse assunto, porque o governo vai mandar dois projetos de lei para esta Casa. O primeiro, parece-me, a legislação, sr. presidente, exige que a casa de show tenha um segurança com treinamento contra incêndio. É muito pouco. E o meu projeto propõe que seja ampliado e que deem treinamento anualmente aos seguranças, porque se tivéssemos lá uma brigada contra incêndio, com cinco, seis, sete, oito ou dez seguranças na boate Kiss, teríamos evitado a catástrofe. E certamente esses seguranças treinados teriam recomendado ao dono da boate que retirassem a grade de ferro que obstruiu a saída de emergência.

O segundo projeto que estou propondo vai na linha de você poder mensurar se o proprietário do estabelecimento está colocando a capacidade ou pessoas além da capacidade naquela casa de show.

Podemos exigir *software* vinculado à comanda. E esse *software* pode ficar à disposição das autoridades. E aí, sim, vamos poder efetivamente mensurar e garantir que as casas de show, de eventos e danceterias estão realmente atendendo à capacidade do seu estabelecimento.

Infelizmente no Brasil é assim. Apenas nos momentos de catástrofe é que se atém a essas questões. Mas estamos vivendo outro momento. E esperamos que as autoridades continuem fiscalizando duramente, porque o objetivo de todos nós é a preservação da vida. E não podemos abrir mão disso.

Quero também, sr. presidente, falar um pouquinho de Joinville, no governo de Raimundo Colombo.

O governador esteve em Joinville e lançou ordem de serviço da pavimentação das ruas Tuiuti, Max Colin e Minas Gerais. E inaugurou a pavimentação de mais uma parte da Costa do Encanto, que foi o asfaltamento do Estaleiro, das Laranjeiras, que liga a BR-280 ao *ferry boat* de São Francisco do Sul. E as obras da estrada Rio

dos Morros, que liga a zona sul de Joinville à BR-280 e ao Binário da Vila Nova já estão em andamento. E já temos recursos de financiamentos do BNDES, eis que a presidente Dilma Rousseff, deputada Ana Paula Lima, e temos que elogiá-la, tem sido generosa com Santa Catarina nos financiamentos, nos atendimentos. Enfim, tem tratado Santa Catarina de forma especial.

Temos recursos para fazer a avenida que liga Blumenau à BR-101, cortando o bairro Costa e Silva e a Albano Schmidt que vai ser lançada daqui alguns dias.

Amanhã o governador volta a Joinville para dar a ordem de serviço da duplicação, deputado Nilson Gonçalves. E todos nós estamos lá envolvidos e defendendo, reivindicando naquilo que podemos. O governador volta a Joinville para assinar a ordem de serviço da duplicação da avenida Santos Dumont, uma obra de R\$ 60 milhões, deputado Ismael dos Santos, que vai ser de fundamental importância para a mobilidade urbana da nossa cidade, na zona norte, para melhorar o nosso trânsito.

Como maior cidade do estado, deputado Nilson Gonçalves, agradecemos ao governador Raimundo Colombo, pois estamos sensibilizados com a atenção que tem dado à cidade de Joinville. Ele também, deputado Jailson Lima, tem dado atenção à sua cidade de Rio do Sul, ao planalto, ao oeste, ao sul, a todo o estado, enfim, o governador tem transformado Santa Catarina num canteiro de obras. Serão R\$ 7 bilhões em investimento na Segurança, na Educação, na Saúde, na Infraestrutura.

Deputado Nilson Gonçalves, v.exa. certamente vai reforçar a duplicação da estrada Dona Francisca, uma estrada que liga Joinville ao nosso distrito de Pirabeiraba. E o deputado Nilson Gonçalves é o padrinho da obra que vai falar na tribuna, e não se cansa de falar, e fala para mais 200 mil pessoas na televisão. Eu falo para poucas pessoas, mas o deputado Nilson Gonçalves é privilegiado, fala sempre para mais de 200 mil pessoas, e fala só o que interessa, defendendo sempre a comunidade.

Então, a obra da ligação de Barra do Sul à BR-101, passando por Itapocu, estou ajudando um pouquinho, porque o padrinho é o deputado Nilson Gonçalves que não se cansa de falar, de reivindicar e de propor.

São obras importantes. E agora o governador Raimundo Colombo já determinou, e faço um apelo ao secretário Eduardo Deschamps, que agilize junto às regionais as reformas das nossas escolas, pois muitas escolas estão interditadas. E isso não podemos admitir. As escolas têm que ser reformadas urgentemente.

A saúde que é de fundamental importância tem que ser melhorada, porque a doença não espera, ela mata. E precisamos dar atenção especial à saúde dos catarinenses, com certeza.

Portanto, sr. presidente, queremos agradecer ao governador Raimundo Colombo, pelo trabalho sério, transparente, pelo trabalho ousado, corajoso e sobretudo voltado para as pessoas, para o povo catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Mauro de Nadal, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente. Muito bom-dia, deputada Angela Albino, srs. parlamentares, a quem nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital.

Deputado Jailson Lima, mais uma noite preocupante em Santa Catarina, acompanhando os noticiários. O nosso estado está sendo mais falado em todos os telejornais, na mídia nacional, do que o Carnaval do Rio de Janeiro, evento que todos estão comentando.

Até os taxistas estão preocupados com a ausência de turistas que não estão vindo para o nosso estado devido ao que está acontecendo. E infelizmente na minha cidade, onde não havia ocorrido nenhum incidente dessa natureza, nesta noite e durante o dia de ontem, dois ônibus foram incendiados.

Já temos 73 ataques do comando organizado em Santa Catarina, e a nossa população está em pânico. Digo isso também, srs. parlamentares, porque ouvia atentamente os pronunciamentos de vários companheiros nesta tribuna, nesta manhã, deputado Ismael dos Santos, e ouvi o comentário de v.exa. sobre um neto que assassinou a avó, num bairro próximo à Assembleia Legislativa. Ora, estamos anunciando há muito tempo, deputado Ismael dos Santos, que enquanto não houver investimentos em políticas públicas no estado de Santa Catarina não adianta parlamentar vir à tribuna e festejar 12 mil presos em nosso estado, porque apesar de o nosso estado ser o menos violento da nossa federação, o que está acontecendo hoje em Santa Catarina não acontecia há muito tempo.

Não podemos ficar aplaudindo que queremos mais vagas em presídios e penitenciárias. Isso me entristece muito. Gostaria de mais vagas em escolas, em creches, em tratamento para os dependentes químicos, pois sabemos que o maior número de presidiários é de pessoas dependentes químicas. Não adianta querer fechar fronteira para armas, para drogas se o que está acontecendo está bem próximo da gente.

São mães e pais pedindo todos os dias para nós que querem tratar os seus filhos que são dependentes químicos. Ano passado mesmo duas emendas desta parlamentar para combate e prevenção à droga foram rejeitadas por este plenário e não houve nem sensibilidade por parte do governo do estado com relação a isso.

Então, essas tragédias anunciadas que estamos vivendo já sabíamos há muito tempo, há muitos anos, mas nada foi feito pelo governador Raimundo Colombo nem muito menos pelo ex-governador Luiz Henrique da Silveira.

Vemos parlamentares assomando esta tribuna para elogiar a presidente Dilma Rousseff que tem estendido as mãos para o governo do estado de Santa Catarina. E esses R\$ 7 bilhões, deputado Jailson Lima, são recursos do governo federal para as obras humanas, que são aquelas de recuperação aos dependentes químicos, principalmente, do crack.

Então, já fomos avisados há muito tempo sobre tudo isso que estamos vivenciando. Por isso lamento, deputado Ismael dos Santos, que ontem mesmo tenha sido veiculado pelos meios de comunicação um CD feito na penitenciária de São Pedro de Alcântara, em que o comando organizado anunciou que eles fizeram um trato com o governo do estado, ou seja, que iriam diminuir os ataques no ano passado porque o governo iria melhorar as condições que estavam vivenciando na penitenciária, pois estavam violando os direitos humanos. E como o trato não foi cumprido os ataques foram reiniciados este ano.

Fico entristecida também com a ida do governador, ontem, a Brasília para falar com o ministro da Justiça Luiz Eduardo Cardozo, e com a ministra catarinense Ideli Salvatti, para pedir mais vagas nas penitenciárias de segurança máxima. Nós queremos outras coisas aqui, queremos a força policial que tem 10.000 homens preparados para desvendar todos esses mistérios; queremos proibir e coibir esses ataques!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputada Ana Paula Lima, ontem já debatíamos aqui a temática de forma respeitosa. Entendo que v.exa. tem de fato razão em muitos de seus questionamentos, mas preciso fazer justiça ao governo Raimundo Colombo no que diz respeito à bandeira que temos hasteado neste Parlamento, que é a reabilitação de dependentes químicos com a garantia já no orçamento de 2013 de R\$ 9 milhões de forma específica. É algo inédito em Santa Catarina, fruto dos debates da intensa cobrança do

governo do estado, inclusive de v.exa. também, na tribuna desta Casa. Esperamos que a partir de março esses convênios possam começar a ser firmados com as comunidades terapêuticas, oferecendo ao estado mil vagas para dependentes químicos, financiadas, como disse, pelo governo do estado de Santa Catarina graças a essa iniciativa de garantir no orçamento essa verba de R\$ 9 milhões.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputada Ana Paula Lima, o que nos deixa pasmos e deixa pasma a sociedade catarinense é o estado catatônico em que se encontra este governo não apenas quanto à questão da segurança pública.

O governador veio aqui e falou que não havia inércia, que ele estava tomando as suas providências, mas quando ficamos sabendo que o representante do governo negociou com o narcotráfico dentro dos presídios achamos isso lastimável. São o segundo e o terceiro comando subscritos do estado definindo linhas da gestão.

E aí não cumpre acordos com presidiários e fica no estado que ficou. E estamos vendo que esses episódios não estão circulando apenas na imprensa nacional, virou manchete na imprensa internacional porque o jornal *El País*, da Espanha, divulgou isso sobre Santa Catarina. Então, não são fatos circunscritos apenas ao território brasileiro. E o governador foi a Brasília para tirar fotos com o ministro da Justiça!

Mas temos que reconhecer que pelo menos agora as obras que estão sendo executadas, como foi dito aqui, em Joinville, pelo deputado Darci de Matos, são recursos oriundos do governo federal, e não importa se foi feito um financiamento com 20 anos de carência porque isso se paga pelo contexto da recuperação econômica do estado, pois isso é realmente estender a mão. E esperamos que os secretários de governo reconheçam isso, porque há muitos secretários fazendo discursos e não reconhecendo isso.

Por isso, deputada Ana Paula Lima, é importante, sim, deixarmos claro o estado que encontramos na área da Segurança Pública, pois há greve na Saúde, Educação, no IGP, e aproveito a oportunidade para dizer que ontem vi uma foto de um carro do Instituto-Geral de Perícias em que o retrovisor era um espelho colado com durepox. Então, não adianta dizer que estão sendo colocados R\$ 60 milhões em obras, tem que acompanhar também o custo e a qualidade dessas obras, porque apenas na região do alto vale, onde foi dito que assinaram um novo contrato de recursos para obras, já foram entregues três vezes a ordem de serviço. Esperamos que agora, definitivamente, isso ande, porque senão na cidade de Criciúma, deputado Valmir Comin, iremos para a quinta, sexta, sétima ordem de serviço daquela via que já foi entregue um monte de vezes.

No mais, deputada Ana Paula Lima, parabéns a v.exa. pelo pronunciamento e pela liderança efetiva que assume do nosso partido aqui neste Parlamento.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, deputado Jailson Lima, lamentavelmente no ano passado o governo federal já se colocou à disposição do governador Raimundo Colombo no que fosse necessário para desvendar e inibir os ataques em Santa Catarina. E ontem, novamente, numa reunião com o governador, o ministro da Justiça, Luiz Eduardo Cardoso, disse o seguinte: "Se houver necessidade, o governo não poupará esforços e nem envio de recursos humanos e materiais para que possamos acabar com esses ataques." E pelo que estamos acompanhando, o governador vai aceitar as vagas nos presídios federais, mas rejeitará a presença em Santa Catarina da força nacional, o que eu lamento profundamente, srs. parlamentares, sra. deputada. Por que não trazer a força nacional para evitar, desvendar e acabar com esses ataques e deixar a nossa população mais tranquila? Por que não? Qual é a dúvida? Qual é o medo? Medo de pedir ajuda? Somos uma nação e precisamos, sim, das forças nacionais para evitar que aconteça em Santa

Catarina o que aconteceu no Rio de Janeiro, no Espírito Santo.

O nosso estado ainda é tranquilo, mas se não houver uma decisão firme do governador, não teremos mais a mesma tranqüilidade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, ouvi várias vezes a deputada Ana Paula Lima falar em desvendar e descobrir o que vai por trás de tudo isso com relação a esses episódios que estamos vivenciando em Santa Catarina.

E foi justamente sobre este problema, deputada Ana Paula Lima, que o governador conversou em Brasília: a questão da inteligência, porque foi criado um poder paralelo dentro dos presídios e com o tempo esse poder se consolidou. Hoje, esse poder trata do poder instituído neste estado quase como de igual para igual. Eles querem negociar. Em novembro negociaram e não foram cumpridas algumas cláusulas dessa negociação. Com isso subentende-se que foi criado um estado paralelo. Se foi criado isso é porque estamos com problemas na nossa Inteligência. Ou seja, o Setor de Inteligência está precisando de reforços para poder fazer um trabalho mais aperfeiçoado e profundo. Eu nem diria que precisa de material humano. Ele precisa, muito provavelmente, de equipamentos e de condições técnicas para poder acompanhar mais de perto os passos desses marginais. E foi isso que o governador fez em Brasília: ele pediu ajuda justamente para o Setor de Inteligente para que possamos, em Santa Catarina, ter um acompanhamento mais adequado dessas questões.

Uma coisa que eu não consigo entender, e concordo com v.exa., é por que se demora tanto para tomar uma decisão de transferir essas

lideranças marginais, essas lideranças do crime organizado, para fora do estado? Uma coisa que já se sabe é que a grande maioria, especialmente do Setor de Inteligência da Segurança Pública do estado, sabe quem são os líderes que estão presos, sabe quem são as pessoas que comandam o crime em Santa Catarina de dentro para fora das prisões. Se existe a oferta de prisões federais para esses elementos, o que falta para se tomar essa decisão?

Eu ainda escutei no rádio, ontem, uma declaração de que está sendo elaborada e estudada uma lista que não pode ser divulgada. E que ela vai ser submetida a outro setor, e depois a outro setor, para depois, então, tomar-se uma decisão judicial. Porque depois tem que passar pela Justiça ainda, e ela tem que autorizar a transferência dessas pessoas. Então, é isso que me causa espécie.

Quando estava vindo para cá, hoje - e viajei duas horas de Balneário Camboriú até aqui, eu saí às 8h e cheguei às 10h -, ao passar pela Via Expressa, em São José, li a seguinte frase: "Fora Leandro, do DEAP". Quer dizer, é o crime organizado dando determinações, mandando fazer o que se está fazendo e, inclusive, deixando recados em muros de quem eles não gostam, de quem eles querem ver fora.

Por que eles querem ver fora o Leandro? Porque o Leandro certamente não está falando a língua deles, não está atendendo às exigências deles. Essa é a grande verdade.

Então, não podemos nos submeter a isso indefinidamente. Essa que é a grande verdade!

Agora, mudando de assunto, quero primeiro fazer voz corrente aqui com o deputado Darci de Matos, que na quinta-feira marcou uma audiência com o secretário da Fazenda para tratar do Decreto n. 1.357, de 2013, baixado pelo governo do estado, e que acabou acertando o coração principalmente do comércio lojista de Santa Catarina. Ele impôs a obrigatoriedade, através do Diário Oficial, e já entrou em vigor no dia 2... Para que os senhores tenham uma ideia, quando a sua empresa adquirir mercadorias provenientes de um fornecedor de outra

unidade da federação destinada à industrialização ou comercialização, exceto aquelas submetidas ao regime de substituição tributária regidas em dispositivos próprios, deverá recolher a diferença do ICMS. Ou seja, se você adquire mercadoria cujo ICMS destacado na nota fiscal seja 12%, e esta mercadoria, em Santa Catarina, estiver sujeita a 17%, o lojista ou o industrial vai ter que recolher essa diferença no estado. E isso acabou acertando o coração principalmente do empresário, do microempresário, aquele que faz parte do Simples, acabou acertando este também. Está uma gritaria geral, e não é para menos, porque se criou o Simples em nível nacional justamente para que o pequeno e microempresário possam sobreviver. Mas com essa tributação ou com a cobrança dessa diferença de tributação vai acabar onerando principalmente os mais fracos.

Com essa situação já escancarada no estado, fomos procurar o deputado Darci de Matos, que tem uma ligação muito forte com o comércio lojista. E estaremos juntos, tanto eu como o deputado Darci de Matos e outros deputados, provavelmente na quinta-feira, em uma reunião com o secretário da Fazenda para que se ache uma alternativa ou se encontre uma solução para este problema que a classe entende ser bastante grave neste momento.

Amanhã, sr. presidente, em que pese a oposição desta Casa dizer que o governador está inerte, ou que está na inércia, como diz o ditado, o governador está, na verdade, trabalhando e muito. No mês de janeiro visitou mais de duas dezenas de municípios, emitindo ordens de serviço de todo jeito, de todo tipo. Vai estar em Joinville novamente, depois de ter estado no norte alguns dias atrás, vai estar lá em Joinville autorizando, lançando a concorrência para dois elevados previstos para a avenida Santos Dumont, que serão na rua Tuiuti e Arno Waldemar Döhler.

Queremos, e certamente vamos ter, o esclarecimento do porquê de estar parado o asfaltamento da estrada do Rio do Morro, lá em Joinville.

Já fomos cobrados, e teve elementos que através do *Facebook* ironizaram os deputados do norte, dizendo que para a fotografia ficaram muito bem, mas agora que acabou a fotografia parou tudo lá.

Na verdade, não temos o poder da caneta nem da determinação de fazer ou deixar de fazer, essa que é a grande verdade.

Estamos cobrando do secretário da Infraestrutura uma explicação do por que parou o asfaltamento da estrada do Rio do Morro. Segundo informações, é porque agora inventaram um trajeto novo em determinado trecho, que precisa de desapropriações. Mas por que trajeto novo, se o anterior estava perfeitamente correto, tranquilo? Estão querendo fazer duas curvas a mais na estrada do Rio do Morro, que dá acesso de Joinville a Araquari, sem necessidade. Essa que é a verdade.

Então, amanhã certamente teremos um esclarecimento do secretário da Infraestrutura, para nos dizer por que está parado o asfaltamento da estrada do Rio do Morro, lá em Joinville.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, sr. deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença, nesta Casa de lideranças do município de Timbé do Sul, o vereador Walmor Grigio e o Fabiano Waterkemper, juntamente com o presidente do Partido Progressista, Francisco Waterkemper, o popular Pita, que estão aqui tratando de assuntos daquele município.

Também temos a presença da Vereadora de Cunha Porã, do Partido Progressista, presidente da Câmara, Isonha Gollmann, que também está aqui tratando de assuntos do interesse do seu município, em homenagem ao deputado Mauro de

Nadal, que também está vibrando com a visita das lideranças progressistas nesta Casa.

A todos as nossas boas-vindas e votos de sucesso na sua missão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado José Milton Scheffer.

Esta Presidência quer saudar todas as autoridades e lideranças anunciada pelo deputado José Milton Scheffer e desejá-las boas-vindas muito especialmente aos vereadores que são os nossos companheiros de jornada.

Procuramos nesta Casa valorizar, reconhecer e abrir muitos espaços aos vereadores, pois a nossa trajetória, da maioria de nós, iniciou-se pelas Câmaras Municipais.

Assim, compreendemos o importante papel que o vereador tem em cada município. Tenho dito sempre que o nariz do vereador está mais próximo do dedo do cidadão, ele é sempre o primeiro cobrado, o mais questionado, e esta Casa se alegra em receber v.exas. neste plenário.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0008/2013, 009/2013 e 0010/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 0021/2013, de autoria do deputado Ciro Roza; 0022/2013 e 0023/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0024/2013 e 0025/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência recebeu o seguinte expediente:

(Passa a ler.)

"Os subscritores vêm a Vossa Excelência, nos termos da regulamentação do art. 109 do Regimento Interno, solicitar o uso da tribuna do Plenário no dia 07 de fevereiro do corrente ano, pelo período de dez minutos, à Senhora Renata Eitelwein Bueno, ítalo-brasileira, advogada, vereadora em Curitiba/PR e candidata à deputada na Itália, para tratar da importância da participação dos

catarinenses com dupla cidadania (italiana) nas eleições daquele país.

Nestes Termos,
Pedem deferimento.

Florianópolis, 05 de fevereiro de 2013" [sic]

Assinam os líderes do PMDB, do PT, do PP, do PDT, do PTB, do PSD, do PSDB, do PCdoB e do PPS.

Portanto, todos os líderes subscrevem este requerimento.

Esta Presidência, acatando o requerimento, suspende a presente sessão por até dez minutos e convida a candidata para o cargo de deputada ao Parlamento italiano, Renata Eitelwein Bueno, para fazer uso da tribuna.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Agradeço à deputada Renata Bueno. Desejo-lhe muita sorte nesta caminhada e torcemos muito para que possa ser a representante do Brasil no Parlamento italiano.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Quero saudar com grande satisfação a presença do prefeito de Joinville, Udo Döhler, que nos está visitando, juntamente com o secretário Nelson Corona. Ele começou como o pé direito, enxugando a máquina, dando o tom de uma gestão inovadora com muita austeridade e zelo para com os recursos públicos. Com certeza o dr. Udo vai fazer uma gestão que vai marcar não somente a história de Joinville como de Santa Catarina e do Brasil.

E agora vamos sentar com os deputados Kennedy Nunes e Nilson Gonçalves para ver o que podemos arrumar de recursos para Joinville, se bem que o prefeito da maior cidade do estado não precisa muito dos deputados, porque trata direto com o ministro e o governador. Mas queremos dar a nossa contribuição.

Seja bem-vindo, prefeito Udo Döhler.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Corroborando as palavras do deputado Darci de Matos, quero dar as boas-vindas ao prefeito Udo Döhler. Estaremos na sala de imprensa, juntamente com os deputados Kennedy Nunes e Darci de Matos, tendo uma conversa com o nosso prefeito e registrando esse momento através da TVAL, para que se torne conhecido no estado que o prefeito de Joinville esteve nesta Casa no dia de hoje.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero registrar a presença da prefeita de Calmon, Ivone De Geroni, que esteve em reunião na secretaria do Bem-Estar Social. Um município que vai receber um Cras de 400 m² para atender à população. E quero parabenizar o secretário João José Cândido por esse trabalho. Registro também a presença do vice-prefeito José Roberto Gomes de Palmitos, juntamente com os vereadores Volmar Gandolfi, Jair José Schena e Moacir Delazere.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência também agradece a presença do vice-prefeito e das demais autoridades citadas pelo deputado.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - É a primeira vez que ocupo, neste ano, a tribuna e por isso quero cumprimentá-lo pela sua eleição à Presidência. Para nós é uma honra ter um companheiro de partido presidindo esta Casa que é acima de tudo a Casa do Povo.

Quero na manhã de hoje, primeiro, refletir e solidarizar-nos com todas as famílias das vítimas da tragédia conhecida como tragédia de Santa Maria.

É algo que não será esquecido nunca mais. Eu estava naquele final de semana na cidade de Rio Grande, acompanhando uma filha que residia por lá e vivenciei toda essa tragédia pela imprensa do estado do Rio Grande do Sul. O sofrimento das famílias, a agonia com o que aconteceu.

Essa tragédia não pode ficar em branco, ela tem que servir de base para uma nova metodologia na questão de ordem legal, na questão de postura dos órgãos de fiscalização de acompanhamento, mas, acima de tudo, da sociedade brasileira de uma vez por todas. Não basta apenas colocarmos a culpa nas autoridades. É claro que é necessário responsabilizar, mas é preciso ter consciência do nosso papel, da nossa cidadania, enquanto cidadão, empresários, cidadãos comuns, da necessidade de se cumprir as regras neste país.

Não adianta mais elaborar leis, nós temos leis demais, mas as cumprimos de menos. Por isso, quero aqui, em nome do nosso mandato nesta Casa, solidarizarmo-nos com todas as famílias, inclusive com quatro famílias catarinenses que tiveram ceifada a vida de jovens. Mais de 60 jovens, deputado, do curso de Agronomia, nossos futuros colegas, também tiveram suas vidas retiradas nessa grande tragédia.

Quero também, neste momento que Santa Catarina está passando na questão da segurança pública, manifestar o nosso apoio à Polícia Civil, à Polícia Militar, aos órgãos de inteligência, à secretaria de Justiça, pelo trabalho que vêm fazendo.

Não é momento, nesta tribuna, de nenhum deputado tentar fazer disso bandeira política partidária. Somos todos nós catarinenses de bem e temos que nos irmanar ao lado das autoridades policiais, judiciais, de Santa Catarina, num enfrentamento dessa questão dos atentados que estão fazendo. Atentados inúteis, levianos, que

têm prejudicado a população civil, trabalhadora, honesta, de Santa Catarina.

Quero aqui, em nome de uma agente prisional lá da região de Criciúma, Creusa Maria, prestar a nossa homenagem e o apoio a todas as autoridades policiais ou não que estão na linha frente nessa batalha de Santa Catarina. É difícil evitar, porque estão utilizando jovens, pessoas muitas vezes até inocentes. Mas a Polícia tem feito um trabalho gigante. Somente no dia de ontem prendeu mais de oito pessoas na região de Joinville, e isso merece o reconhecimento de todos nós.

Temos um emaranhado de legislação que precisa ser cumprida, mas o governo de Santa Catarina e o governo federal, que têm nas suas costas também a responsabilidade pela segurança pública, precisam estar unidos neste momento para defender a nossa sociedade que precisa estar do lado de nossa Polícia e de nossos agentes, para fazer frente a isso.

Santa Catarina não baixou e não vai baixar a cabeça para meia dúzia de meliantes que tentam intimidar o cidadão comum. A nossa Polícia está fazendo o enfrentamento e merece aqui o nosso apoio, reconhecimento e ajuda da sociedade para combater esses meliantes que de maneira leviana têm atacado pessoas inocentes, feito vítimas por este estado, causando um clima de preocupação na família catarinense.

O catarinense de valor, trabalhador e valente não se vai curvar a isso. Vamos enfrentar como Santa Catarina tem feito nos últimos anos, enfrentado, prendido, combatido o crime em nosso estado e vamos continuar todos juntos.

É terrorismo o que estão fazendo, e o Poder Judiciário e a Polícia não podem tratar na legislação comum, têm que tratar através da legislação de combate ao terrorismo. É isso que está sendo feito em Santa Catarina e é isso que nós, catarinenses, temos que fazer. Também precisamos apoiar todos os agentes de segurança pública de nosso estado.

Quero aqui, também, nesta manhã, agradecer ao governador Raimundo Colombo, pelas as ações que

tem feito no sul do estado, com obras e reivindicações históricas feitas pela sociedade do sul. São conquistas que merecem ser celebradas.

Na última terça-feira, ao acompanharmos o governador, mais os deputados do sul do estado e o vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, juntamente com o secretário Valdir Colbachini, tivemos a honra de ver lá a entrega da ordem de serviço para as máquinas na pista iniciarem a tão reivindicada obra da via rápida, ligando o coração da cidade de Criciúma e da região da Amrec à BR-101, um projeto inovador, que vai servir de referência para projetos rodoviários do futuro em Santa Catarina, uma obra de quase R\$ 100 milhões.

É uma conquista para Santa Catarina, para o sul e acima de tudo uma prova do trabalho e do comprometimento do governador Raimundo Colombo com todos nós lá do sul.

Agradeço também o projeto que recupera o acesso do município de Passo de Torres até a BR-101. E nos próximos dias estaremos entregando a ordem de serviço para a recuperação da rodovia que liga a cidade de Jacinto Machado até o município de Ermo e outra ordem de serviço que vai recuperar a rodovia SC-449, que liga Araranguá até Meleiro, que hoje causa acidentes e será recuperada pelo governo do estado.

Vocês de Timbé do Sul que aqui estão saibam que estivemos há dias acompanhando a Senadora Ideli Salvatti, com o superintendente estadual do Denit, João José, também fruto de uma luta dos vereadores, da sociedade de Timbé do Sul, dos deputados como este que aqui está falando, eis que ajudamos a construir aquele projeto para a pavimentação da Serra da Rocinha, a BR-285.

O processo licitatório já foi lançado. E no dia 02 de abril conheceremos a empresa vencedora. Será uma obra histórica. E vai sem dúvida nenhuma começar uma nova página na qualidade de vida, no desenvolvimento social e econômico da cidade de Timbé do Sul e de todo o sul de Santa Catarina, interligando mais de 700 quilômetros de estrada ao nosso litoral, trazendo novas oportunidades de negócios para a população.

Por isso, o sul está comemorando. Vamos agora, nos próximos meses, ver aberto no Hospital São José de Criciúma mais 20 leitos de UTI, fruto também do nosso trabalho e de tantas outras lideranças aqui do sul.

Está aqui o deputado Valmir Comin que também tem lutado muito por essas bandeiras, juntamente com o deputado Joares Ponticelli que agora preside esta Casa, para ver aumentado e ampliado os serviços do Hospital São José, com novas clínicas se estabelecendo, clínicas de alta complexidade, e com isso melhorando a qualidade do atendimento daquele hospital a toda região do sul de Santa Catarina, num investimento de mais R\$ 12 milhões, para melhorar a saúde do sul do estado.

Quero aqui, como deputado do sul, citar essas realizações e dizer que outras lutas também estão sendo impostas para novas conquistas para o sul e a nossa gente.

No mais, é só agradecer e solidarizarmo-nos com a nossa polícia catarinense pelo trabalho que tem feito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)-
Muito obrigado, deputado.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, é muito prudente mais essa abordagem do deputado José Milton Scheffer com referência à questão de segurança que Santa Catarina enfrenta. Uma situação complicada. E acho importante a participação do governo federal dando apoio com vagas para presos, na transferência de presos para presídios federais em outros estados.

A Força Nacional na verdade é uma força composta por policiais civis e militares do Brasil. E não é nenhuma força especial. Os nossos policiais são tão bem qualificados quanto os integrantes da Força Nacional.

O que ocorreu? O governo federal em situações críticas em nível de Brasil não dispunha de um

efetivo para atender, para dar um apoio a algum estado, em alguma situação mais delicada. E através da secretaria da Segurança do estado selecionou policiais em todo o Brasil e fez um treinamento com esses policiais.

Então, temos policiais catarinenses, paranaenses, gaúchos, de todos os estados, compondo a chamada Força Nacional. São policiais que ficam exercendo suas atividades nos seus estados e quando necessário são convocados para alguma ação em algum estado, algum local onde aquela força seja solicitada ou que entenda o governo federal, o Ministério da Justiça, encaminhar.

Então, quero dizer isso porque temos que valorizar os nossos policiais. Os policiais militares, civis, catarinenses, que estão envolvidos neste trabalho de combate à criminalidade são policiais competentes, tão competentes quanto os policiais civis e militares catarinenses que temos aqui atuando. E a vinda da Força Nacional seria um reforço em número de efetivo e não tanto em qualidade. Mas entendo que isso seja importante.

O problema mais grave é a questão do sistema prisional. E acho que dentro desse sistema algumas questões têm que serem revistas, já que daí tem surgido todo o foco de problemas com essas ocorrências. Preso tem que ser tratado com respeito, com dignidade.

Eu nunca concordei em todo o tempo de polícia e como ser humano, deputado Ismael dos Santos, com qualquer tipo de arbitrariedade, de violência. Mas tem-se que agir com rigor necessário para o cumprimento da pena.

A separação da secretaria da Justiça da secretaria da Segurança Pública trouxe a montagem desse grupo de policiais para atuar em conflitos dentro da secretaria de Justiça.

Na inauguração do presídio de Chapecó, alguns componentes desse grupo, dessa força tática, estavam presentes e perfilhados. E fui cumprimentá-los, porque são todos agentes de Polícia que conheço. Mas infelizmente existem

pessoas que quando passam a compor algum grupo especial se transformam, passam a ser diferentes, superiores aos outros. Esses agentes eram pessoas amáveis, tranquilas, mas estavam nesse dia parecendo robocop, parecendo super-homens. Por isso, temos que ter cuidado na formação desses agentes, eles têm que saber que continuam sendo o mesmo profissional, o mesmo ser humano, a mesma pessoa.

Eu sei que existe um cuidado com relação ao treinamento do policial militar. Quando têm o PPP, as Forças Táticas, existe a preocupação em mostrar autoridade, a forma como os agentes têm que agir, porque vivem situações anormais. Não é uma atuação do dia a dia, é sempre uma atuação mais grave, mas eles têm que saber que continuam sendo a mesma pessoa, o mesmo ser humano.

Então, esse fato ocorrido no presídio de Joinville tem que ser estudado, tem que ser revisto. Esse grupo de agentes tem que saber que não pode agir como um grupo acima da lei e da ordem. Eu não sei se foi isso que aconteceu, mas estou falando no que eu vi. Eu sempre me preocupei com a formação dos policiais em Santa Catarina. O policial tem que saber que a autoridade está revestida em nome do estado. A arma, a carteira que passam a usar têm que servir para o bem-estar da população, pois o cidadão tem que ser tratado com respeito. Existem pessoas que colocam uma carteira no bolso e uma arma na cinta e transformam-se.

Então, são questões para se repensar neste momento e também o que temos que fazer, ver os caminhos que estão certos e rever os caminhos que estão errados.

O deputado José Milton Scheffer falou na tribuna sobre o episódio lamentável da cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, um fato para se repensar não só nos estabelecimentos de lazer, nas boates, porque quando temos um barco que acaba afundando e temos vítimas, vamos estudar a questão da legalidade de como agir com cuidado no barco. Quando temos um acidente com coletivo, vamos estudar os motivos. Esses exemplos, essas

tragédias, têm que servir para todas as áreas de trabalho do ser humano, dos cuidados que temos que ter.

Nesse episódio de Santa Maria sentimos de perto, porque as quatro jovens de Santa Catarina que morreram são filhas de famílias que conhecemos, uma é filha do nosso amigo Beto Fiorini, de São Miguel d'Oeste, outra é filha do dr. Rogério Darif, dentista.

Uma semana antes do ocorrido, deputado Ismael dos Santos, conversando pelo MSN ele me disse que queria passar alguns dias com a família em Balneário Camboriú e queria saber de um bom hotel para se hospedar. Como sou daquela região, pedi-me para indicar um bom hotel. E uma semana depois aquele pai, aquela família foi vítima dessa tragédia.

Então, temos que repensar sobre essa questão da segurança. Se algum dia aquela boate recebeu alvará ele foi concedido de forma irresponsável por quem lida com segurança pública. Quem ia lá vistoriar o local não era o bombeiro, era o policial, mas também eram analisadas as questões de segurança, pois lá é um labirinto.

Na verdade, o local onde havia a maior aglomeração de pessoas era numa parte final do prédio e para sair daquele local a pessoa tinha que passar por outras salas, por outras divisórias, com uma única saída estreita no outro lado do estabelecimento. V.Exas. podem imaginar o horror que foi aquela noite na boate, com aquela fumaça, com a luz apagada. Não precisava nem ter ocorrido o incêndio. Bastaria somente um tumulto, porque se alguém gritasse que havia um incêndio e apagasse a luz já haveria vítimas fatais naquele local, pois na saída alguém já poderia ter sido pisoteado, ter sofrido lesões ou até ter morrido.

Então, todas essas questões de segurança têm que ser revistas não somente nas casas noturnas.

Voltando à questão de Santa Catarina, quero reafirmar o momento importante, o posicionamento forte do governador Raimundo Colombo tomando à frente, anunciando as medidas, buscando soluções,

apesar de todo o trabalho, de toda a confiança naqueles que comandam os organismos de segurança.

É um problema de Santa Catarina, em que o governador tem estado à frente, tem tomado as ações, as atitudes necessárias e tem dado condições para que os organismos de segurança possam dar a resposta.

É importante que a população participe, porque como são atentados aleatórios o disque-denúncia, a informação é muito importante e é um problema de todos, então, todos têm que estar nessa luta.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso palavra, antes de encerrarmos a presente sessão convocamos outra, ordinária, para quarta-feira de Cinzas, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.